Democracia ameaçada: os novos sujeitos de linguagem da IA e o futuro em disputa. Entrevista especial com Eugênio Bucci

Via Instituto Humanitas Unisinos

As Big Techs resultam de uma nova ordem na aliança entre capital e técnica cujos efeitos ainda não são totalmente perceptíveis

Estamos diante de uma fronteira humana e tecnológica desconhecida. A Inteligência Artificial Generativa produziu novos seres de linguagem. “Hoje, nós estamos falando de tecnologias nas quais a máquina se torna um **sujeito de linguagem**. Isso é um problema de todo tamanho”, pontua o professor, pesquisador e escritor Eugênio Bucci, em entrevista por videochamada ao **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. “Se a máquina se comporta como um sujeito de linguagem e se a máquina consegue colar nos sujeitos individualmente, agindo como sujeito de linguagem, começam a surgir deformações, na forma como as pessoas que fazem tratamento ‘psicológico’ com máquinas ou pessoas que se ‘enamoram’ de máquinas e isso vai **moldando as subjetividades**”, complementa.

Do outro lado desta fronteira, ou mais precisamente dentro da esfera pública, a ecologia política e comunicacional se transforma radicalmente. “Vamos pensar isso em escala. As subjetividades moldadas pela máquina ou com a máquina são subjetividades que vão se afastando velozmente do ideal do público capaz de julgar e do cidadão livre, que são pilares de qualquer ideia de **democracia**. Se eu não tenho mais um público capaz de julgar porque é um público replicado, segundo padrões artificiais, como eu vou ter uma sociedade na qual o poder emana do povo ou do público? O elemento inaugural fica prejudicado e o cidadão livre também fica prejudicado”, frisa o entrevistado.

Some-se a essa miríade de complexidades o fato de que nossas sociedades têm demonstrado enorme dificuldade de negociar com a

realidade concreta, factual. “Se não formos capazes socialmente de separar o fato da invencionice, não poderemos ter uma ordem democrática. (…) Se uma sociedade não consegue mais coletivamente diferenciar o que é fato do que é convicção, ou o que é um valor moral do que é um fanatismo, vamos perdendo a substância da democracia. Essa é a questão e isso está acontecendo conosco”, alerta Bucci.

Teremos, em poucos dias, novamente uma eleição determinante para o futuro do Brasil. E as respostas sobre este porvir são novas perguntas. “Que futuro a sociedade brasileira deseja? Será que ela não deseja se refugiar no conforto aparente de uma tirania? Porque o convite ao conforto da tirania é tentador em meio a tantas incertezas. Isso me deixa um pouco preocupado. O que a **sociedade brasileira** deseja? Que aspirações ela está jogando para essa decisão que terá de ser tomada agora nessas eleições?”, provoca o entrevistado.

Eugênio Bucci é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Superintendente de Comunicação Social da USP, é membro da Academia Paulista de Letras, do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, do Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog e do Conselho Editorial da revista Interesse Nacional. Escreve quinzenalmente na seção Espaço Aberto do jornal “O Estado de S. Paulo”. Em 2024, ganhou o Prêmio Jabuti Acadêmico pelo livro Incerteza, um Ensaio (Editora Autêntica, 2023). Foi professor da ESPM entre 2010 e 2014, onde dirigiu o curso de Pós-graduação em Jornalismo com Ênfase em Direção Editorial, de 2011 a 2013. Foi agraciado com os prêmios Luiz Beltrão de Ciências de Comunicação, Excelência Jornalística (2011), da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Esso de Melhor Contribuição à Imprensa (2013) pela Revista de Jornalismo ESPM, o Prêmio Tese Destaque USP (2017) como orientador da melhor tese de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas (O príncipe

digital: estruturas de poder, liderança e hegemonia nas Redes Sociais, de Maíra Carneiro Bittencourt Maia).

Escreveu, entre outros livros, *O Estado de Narciso* (Companhia das Letras, 2015), *A forma bruta dos protestos* (Companhia das Letras, 2016), *Existe democracia sem verdade factual?* (Estação das Letras e Cores, 2019, finalista do Prêmio Jabuti), *A superindústria do imaginário* (Autêntica, 2021, finalista do Prêmio Jabuti) e *Incerteza, um ensaio* (Autêntica, 2023, ganhador do Prêmio Jabuti Acadêmico). Seu trabalho recebeu um longo ensaio publicado na Alemanha, escrito por **Thomás Zicman de Barros**, com o título de *'It's All a Matter of Image!': Aesthetics and Radical Democracy in the Yellow Vests Movement, or in Praise of Eugênio Bucci*.

Confira a entrevista.

IHU – O que são e como devemos compreender as Big Techs hoje, especialmente no contexto das redes sociais e da comunicação?

Eugênio Bucci – As Big Techs são as grandes corporações, grandes conglomerados, que operam, fabricam e implementam padrões tecnológicos que afetam profunda e definitivamente as formas da comunicação do nosso tempo. Mas a expressão "**Big Techs**" é conceitualmente insatisfatória, porque foi uma forma, quase que vulgar e popular, de denominar uma emergência técnica que sobrepuja, em grande medida, os paradigmas anteriores que nos permitiam entender a técnica. Esse é um complicador muito grande e muito difícil.

Precisamos fazer uma pequena adaptação para nomear, com essa expressão, o encontro entre capital e técnica (inclusive vai sair um livro meu nos próximos meses falando exatamente sobre isso), algo que refunda os chamados "padrões tecnológicos" da nossa sociedade. Eu avançaria dizendo o seguinte: podemos pensar as **Big Techs** como

centros de gravidade que vinculam capital e técnica dentro desse processo de alteração dos padrões tecnológicos das sociedades atuais.

Se pensarmos como centros de gravidade, poderemos entender que uma única empresa de grande porte tem gravitando em torno de si empresas que ainda estão começando ou pequenos empreendimentos, empresas que ainda estão dentro de formas embrionárias de existência e outras conformações assim. Mas o fundamental é divisar nessa mirada esses organismos que eu chamo de "**conglomerados monopolistas globais**" e são dedicados a esse desenvolvimento e implementação de mercado dessas "novidades nos padrões tecnológicos".

IHU – A inteligência artificial generativa estabelece uma nova fronteira para a comunicação. Como que o senhor vê esse fenômeno e como ele interfere na democracia?

Eugênio Bucci – Já há quem diga que a inteligência artificial está se tornando incompatível com a democracia. Pode ser que isso seja verdade – e eu tendo a admitir que isso seja verdade –, mas, assumindo-se assim, sem mais problematizações podemos abreviar a reflexão. É preciso identificar o problema muito mais do que a resposta. Mas a **inteligência artificial** vem a toda hora fazendo soar alguns alarmes. São vários os casos de bloqueio da **tecnologia** porque ela vem sendo empregada para fins altamente destrutivos.

Agora mesmo, uma fabricante de inteligência artificial, que deve abrir o capital em meados de setembro, interditou certos usuários que estavam, com base em pesquisas que vinham fazendo, levantando informações sobre desenvolvimento de armas químicas ou biológicas. Temos, neste caso, o emprego da ferramenta para fins destrutivos. Este é um exemplo desta semana. Há muitos outros. Neste contexto surgem especulações de que seria possível, para essa tecnologia, uma estratégia de dizimar setores da humanidade na medida em que ela pode vir a ser um problema

nesse novo degrau de **complexificação da técnica**. Seria necessário, então, reduzir as populações.

O que falo aqui são algumas especulações, duas delas que surgiram na primeira metade de setembro. A interdição desses usuários que queriam fabricar armas biológicas é um fato alegado por essa empresa. Mas o cenário de destruição de setores da humanidade é mais especulativo, porém é algo que está na pauta. A questão é: a inteligência artificial generativa pode ter empregos letais? Mas este é o problema inicial, é um problema instrumental e não é o problema mais difícil. O problema instrumental seria nós termos uma ferramenta de grande potencial que possa ser dirigida a finalidades destrutivas ou negativas.

Uma questão filosófica

É uma questão, filosoficamente fácil de resolver, porque bastaria tomarmos medidas para que as finalidades fossem monitoradas e aí seria possível impedir ou minimizar desastres potenciais. Se eu tenho um instrumento e tenho meios para impedir que esse instrumento seja empregado em estratégias de assassinato, de destruição, eu teria contornado ou contido o impasse aberto. Mas esse é o problema fácil.

O problema difícil acontece por outro motivo. Hoje, nós estamos falando de tecnologias nas quais a máquina se torna um sujeito de linguagem. Isso é um problema de todo tamanho. Alguém pode alegar que esse sujeito de linguagem apenas simula um **comportamento inteligente**. E eu posso aceitar essa alegação. Essa alegação, contudo, não elimina o problema que eu levanto aqui.

Sujeitos de linguagem

Se a máquina se comporta como um sujeito de linguagem, não importa se esse comportamento é autêntico ou simulado, porque muitas pessoas que se comportam como **sujeitos de linguagem** também não pensam, apenas fingem que pensam. Elas simulam operações e mimetizam, o que é pior. Estamos vendo comportamentos de fanatismo que são meras replicações de cacoetes e caricaturas deploráveis. Então, a máquina se comporta um como sujeito de linguagem. Se isso é fingimento, simulação ou uma operação passível de ser vista como raciocínio, é algo de segunda ordem, não é algo essencial para o raciocínio.

Do sujeito maquínico às máquinas de linguagem

Com essa possibilidade, essas formas de **aparecimento da técnica** podem acontecer em massa e em uma amplitude sem limites de alcance global, totalmente de modo personalizado. Isto é, podem desenhar estratégias para cada ser humano. A manipulação política, por exemplo, não se dirige a nichos de público, mas a cada pessoa. Porque a capacidade de armazenamento e implementação de leitura de dados é virtualmente infinita, de tal maneira que é possível ter ferramentas de manipulação dirigidas pessoa a pessoa. É o que nós já estamos vivendo. Este é um problema um pouco mais complicado.

Se a máquina se comporta como um **sujeito de linguagem** e se ela consegue colar nos sujeitos individualmente, agindo como sujeito de linguagem, começam a surgir deformações, na forma como as pessoas que fazem tratamento “psicológico” com máquinas ou pessoas que se “enamoram” de máquinas e isso vai moldando as subjetividades.

Pensemos isso em escala. As subjetividades moldadas pela máquina ou com a máquina são subjetividades que vão se afastando velozmente do ideal do público capaz de julgar e do cidadão livre, que são os pilares de

qualquer ideia de democracia. Se eu não tenho mais um público capaz de julgar porque é um público replicado segundo padrões artificiais, como eu vou ter uma sociedade na qual o poder emana do povo ou do público? O elemento inaugural fica prejudicado e o cidadão livre também fica prejudicado.

Os **mecanismos viciantes** já estão sendo fartamente disseminados. Vejamos o caso das bets. A quantidade de gente que joga nessa ladroagem hoje legalizada é absurda. Durante a Copa do Mundo, um terço dos brasileiros tinham feito apostas. Essas pesquisas foram divulgadas. E isso são mecanismos viciantes que também aparecem na superindústria da fanatização. Essa fanatização é viciante. O sujeito modulado e formatado por esses artifícios deixa de ser livre. Isso é um segundo degrau de problematização.

Democracia ameaçada

Mas nós poderíamos ter outros degraus que vão mostrando que, de fato, os fundamentos ou o moto inicial da democracia ficam prejudicados. Esse paraíso da **inteligência artificial** é o ocaso da democracia participativa, das teses libertárias. A **noção de liberdade** desaparece, o público capaz de julgar desaparece e a própria necessidade de uma ordem democrática deixa de ser sentida. Nesse sentido, é mais complicada a relação entre inteligência artificial e a democracia.

Eu queria dar apenas um terceiro degrau, embora haja muitos outros para considerarmos. O desenvolvimento dessa tecnologia é totalmente opaco. Todo o mercado e toda atividade industrial é regulado, de tal maneira que não há espaço na democracia, e nem poderia haver espaço na democracia, para que um grupo de poder sequestre o processo de deliberação e passe a governar sobre os governos democráticos.

Hoje, no entanto, o desenvolvimento da **inteligência artificial** acontece sem nenhum nível de regulação. Nós não sabemos o que está sendo pesquisado nesses conglomerados, nas tais ***Big Techs***. E não dispomos, como democracia, de meios para fiscalizar o que acontece lá. Não temos regramentos para esse desenvolvimento. Nós, a sociedade democrática, só ficamos sabendo do que está em circulação depois de algo entrar no circuito público e criar uma série de problemas. Afora todas essas questões, o poderio concentrado nessas organizações é gigantesco.

Refluxo democrático

Portanto, há um terceiro nível de consideração sobre as incompatibilidades entre a indústria da inteligência artificial e as democracias, que é muito complicado. Hoje, algo como 20% a 25% da humanidade vive em regimes democráticos, segundo vários levantamentos. Vamos tomar como referência que entre um quarto e um terço da humanidade, sendo aqui benevolente, vive em **regimes democráticos**. Veja, a democracia reflui no mundo, segundo critérios objetivos. Essa tendência capitaneada pelas Big Techs, em enorme promiscuidade com os estados mais poderosos do planeta, como os **Estados Unidos**, concorre para fazer com que a democracia esteja ainda menos presente.

É nesse sentido que há um problema entre a inteligência artificial e a democracia. Em primeiro lugar, o emprego instrumental dessa ferramenta para causar danos para a humanidade – esse é o problema fácil de resolver –, mas nós não conseguimos resolvê-lo. Em segundo lugar, a máquina que, começando a falar, consegue moldar e formatar o assentamento das subjetividades fazendo das pessoas e dos públicos uma extensão do artificial e não mais o artificial como uma extensão do humano.

Em terceiro lugar temos o poderio de capital que está aí concentrado e que é totalmente avesso, opaco e arisco a qualquer forma de regulação democrática. Se não há regulação democrática, não há vigência da **democracia**.

Eu falei de três degraus, mas nós poderíamos falar de muitos mais.

IHU – Avançamos muito tecnologicamente e agora parece que esse avanço não acompanha a autonomia humana e a liberdade. Essa bifurcação nos faz lembrar a Dialética do esclarecimento, de Adorno e Horkheimer. Faz sentido essa leitura?

Eugênio Bucci – Essa leitura é ótima. Subscrevo totalmente, especialmente o texto Indústria Cultural. Nesse escrito, Adorno e Horkheimer já escrevem que o lazer é o prolongamento do trabalho. Isso é essencial e essa noção está totalmente atual. A **superindústria** do imaginário só consegue ser indústria porque, enquanto acredita-se que estamos nos divertindo, a rigor estamos trabalhando para a fabricação de signos e de formas de dominação.

É um texto com questões muito presentes. Há, por certo, um interesse organizado muito vigoroso para decretar que os textos da Escola de Frankfurt são do passado. Eu acho que não é isso. Neles, podemos identificar passagens ou mesmo estruturas de argumentação que talvez tenham envelhecido – não sei. Mas as questões são muito presentes e, hoje, estão muito mais visíveis do que estavam na época em que foram trabalhados.

Atualidade do pensamento crítico

Marx também viu coisas que hoje são muito presentes. Claro que há formas expositivas datadas, mas a contradição essencial está aí presente.

E, mais, nós podemos, voltando no tempo até os gregos, encontrar coisas muito presentes. Sem dúvida, Adorno é um filósofo de uma estatura impressionante. Habermas dizia – Habermas, que é um monumento – que Adorno foi o único gênio que ele conheceu de perto. Então, é com isso que nós estamos lidando.

IHU – Que tipo de futuro podemos vislumbrar diante dos desafios da democracia em meio a essas inteligências artificiais generativas, as Big Techs e a necessidade de pensarmos um conceito de verdade nessa ecologia? Quais são os desafios da democracia em meio a essa ecologia?

Eugênio Bucci – São perguntas altamente desafiadoras. Quando escrevi **Existe democracia sem verdade factual?** (Estação das Letras e Cores, 2019), eu estava e continuo convencido de que para haver democracia é preciso existir muito vívido um conceito de **verdade factual**. Então, eu fiz o título na forma de uma pergunta para desafiar o leitor e também porque o livro sai numa coleção [Coleção Interrogações] dirigida pela Lúcia Santaella e que se caracterizava por títulos de livros que eram perguntas. Tentei mostrar que se não formos capazes socialmente de separar o fato da invencionice, não poderemos ter uma ordem democrática.

Se nós tratarmos o fato de que a lua gira em torno da **Terra**, a **Terra** em torno do **Sol** e o **Sistema Solar** faz parte de um universo em movimento; e, ao mesmo tempo, darmos o mesmo status ontológico que damos para uma perspectiva teocêntrica ou uma perspectiva plana do planeta, não teremos democracia. Por isso é tão significativo identificar que para muitas pessoas a **Terra** era plana. Essa pessoa se toma essa convicção como uma espécie de alicerce do seu ser no mundo, ela não tem lugar na democracia. O mais importante (e trágico), porém, é que a democracia não tem lugar nas representações que ela faz para se relacionar com as coisas

e os objetos externos. Esta pessoa e a democracia não se conciliam. Isso que é difícil, mas vamos pensar no plano dos fatos.

A força dos fatos

O que são os fatos? Eu me apoio no que Hannah Arendt escreveu num livro chamado **Verdade e Política** (Relógio D'Água, 1995), publicado pela primeira vez na revista ***New Yorker*** em 1967. Nele, a autora faz uma separação entre a **verdade factual** e outras formas de verdades filosóficas, como a metafísica ou as verdades religiosas, que não são filosóficas, mas sim dogmas.

A verdade factual, que é aquela que é essencial para a democracia, é a verdade dos fatos. Estamos, eu e você, conversando agora quando no nosso fuso horário são 17h45min de uma sexta-feira de setembro. Isso é um fato. Não estamos em outro horário. Estamos falando essas coisas aqui por uma plataforma que é o Meet, do Google. Isto são fatos. Não são passíveis de interpretação ou de leitura.

Muitos ainda acreditam naquela história de que não há fatos, só há versões. Isso apareceu numa frase de Nietzsche, que é muito repetida, mas citada pela metade. Porque Nietzsche não escreveu "não há fatos, existem apenas as versões". Esse trecho aparece em uma publicação póstuma, cuja frase inteira é a seguinte: "Contra os positivistas, eu digo que não há fatos, apenas versões". Porque os positivistas tinham a característica de transformar aquilo que era apenas uma versão em um fato indiscutível. Então, se isso é um fato, eu me afasto e digo que a sua verdade é uma mentira. Os fatos, porém, existem.

O **Supremo Tribunal Federal** (**STF**), nesse momento em que conversamos, vive uma crise institucional gravíssima, talvez a pior da sua história – ao menos desde meados do século XX. Isso é um fato. Não é

uma questão de exagero ou de ponto de vista. Existem ministros em oposição frontal entre si. Há sinais de promiscuidade ou proximidade indevida entre pessoas da **Corte** e interesses privados. Listamos as coisas e vemos que o que existe ali é um fato.

A inequivocidade dos fatos

Houve uma tentativa de golpe de Estado na virada de 2022 para 2023. Isso foi apurado, foi documentado e há uma série de elementos, de depoimentos. Isso é um fato. Podemos discutir sobre a gravidade dessa tentativa de golpe, podemos ter leituras diferentes em relação aos valores envolvidos, mas isso é um fato.

Se uma sociedade não consegue mais coletivamente diferenciar o que é fato do que é convicção, ou o que é um valor moral do que é um fanatismo, vamos perdendo a substância da democracia. Essa é a questão e isso está acontecendo conosco. É esse o momento em que a dinâmica da política começa a ser substituída pela dinâmica do fanatismo. A prática da democracia neste contexto é uma prática simplesmente impossível. E isso me preocupa muito por motivos óbvios.

IHU – Temos vivido um momento de disputa política no jornalismo, algo que sempre houve, mas agora com vazamentos seletivos e disputas entre diferentes profissionais, especialmente em torno das investigações do STF. Como o senhor avalia essa prática e até que ponto essa tensão fragiliza instituições importantes para a democracia?

Eugênio Bucci – Este é um problema que tem aparecido em frentes e em lugares diferentes, porque esses vazamentos podem ser vazamentos interessados. São vazamentos provenientes de setores organizados publicamente ou não, podem ser setores organizados clandestinamente,

ou seja, em conluios não declarados. Outras vezes são vazamentos vindos de uma determinada empresa envolvida em corrupção, mas podem ser vazamentos interessados. Se eles são vazamentos interessados, ou seja, vazamentos que vêm junto com uma expectativa de um determinado efeito a ser gerado na esfera pública, eles podem instrumentalizar os expedientes típicos da imprensa.

O jornalista recebe ali numa redação uma informação bombástica e confirma com fontes independentes que ela é verdadeira. Ele publica ou não? E isso começa a acontecer em série. É legítimo que, nesse momento, surja a dúvida sobre publicar ou não, porque, como não tem acesso ao todo da história, o que está chegando é apenas uma parte que vem até a redação, por meio de um mediador, que pode ser uma fonte interessada. Isso também pode, eu volto a esse verbo, ser um problema.

O caso Deep Throat

Aqui é importante voltarmos a um exemplo histórico conhecido, que é o *Deep Throat* (Garganta Profunda), que foi a fonte do Bob Woodward e Carl Bernstein, do **Washington Post**, a dupla de repórteres que investigou o **Watergate** [1]. Na época, os repórteres não tinham 30 anos de idade, e esse período vai de 1970, mais ou menos, até 1974, quando o Richard Nixon renunciou.

O importante é que o **Garganta Profunda** era uma fonte anônima, eles não sabiam quem era, tendo seu nome revelado décadas depois [em 2005]. O vazador das informações era Mark Felt, o segundo no comando do **FBI**, e ele tinha sido preterido por Nixon em uma promoção. Felt era uma fonte interessada e, por todos os motivos, não gostava de Nixon. Então, o que os repórteres faziam? Eles agiram corretamente: recebiam a informação e checavam sempre as informações, com duas, três fontes.

Cometeram deslizes, mas, no curso geral, a apuração seguiu muito bem com esse método.

Neste caso eles estavam lidando com uma fonte anônima. Hoje, aparecem fontes anônimas. São muitas. E como as redações devem se comportar com essas fontes? Eu diria que isso é um problema presente. Eu não diria que a solução seja A, B ou C, mas as redações precisam estar conscientes desse tipo de risco.

Lava Jato e Vaza Jato

Os vazamentos na cobertura da Lava Jato geraram certas disfunções no comportamento da imprensa. Depois veio a **Vaza Jato**, que mostrou os abusos cometidos na Lava Jato. No caso, os jornalistas pegaram uma farta documentação a partir da redação do **The Intercept Brasil**, quando Glenn Greenwald liderava o grupo, e era uma coisa difícil nesses dois casos. Então, vários veículos participaram dessa cobertura, que foi a leitura criteriosa dos documentos vazados que virou a **Vaza Jato**.

Os vazamentos são um problema do qual os jornalistas precisam estar cientes e muito vigilantes para, em resumo, não cair na armadilha de que uma sequência de vazamentos instrumentalize uma redação. É um risco real hoje.

IHU – Que futuro podemos esperar para o Brasil diante dessas complexidades todas que tratamos? E qual seria o futuro desejável?

Eugênio Bucci – É difícil de responder, porque o **futuro do Brasil** está em jogo. Ele está indefinido e está em disputa. É claro que eu vou desejar que nosso futuro seja democrático em vários sentidos, a democracia como um sistema de garantia e **expansão dos direitos**.

A economia pode viver sem crescer, mas no regime do mercado capitalista é muito difícil administrar esse tipo de situação. Mas, com certeza, a democracia só existe quando os direitos são mais garantidos. A liberdade precisa ser mais garantida e maior. Ou a democracia expande liberdades e direitos ou ela não é uma democracia vigorosa. Nesse sentido, eu espero que o futuro seja um futuro democrático, porém isso está em jogo.

E aí vem uma segunda parte da minha resposta, que é aberta por uma pergunta. Que futuro eu vejo? Eu pergunto: que futuro a **sociedade brasileira** deseja? Será que ela não deseja se refugiar no conforto aparente de uma tirania? Porque o convite ao conforto da tirania é tentador em meio a tantas incertezas. Isso me deixa um pouco preocupado. O que a sociedade brasileira deseja? Que aspirações ela está jogando para essa decisão que terá de ser tomada agora nessas eleições?

De um lado, temos um núcleo que tentou dar um golpe de estado. De outro, temos uma coisa imperfeita, mal acabada e cheia de problemas, mas que guarda algum compromisso com a democracia. Então, que futuro eu vejo? Eu vejo um ponto obscuro porque diante dessa pergunta – o que deseja nossa sociedade? –, eu não sei que resposta virá.

Nota:

[1] O **caso Watergate** foi um escândalo político nos **Estados Unidos** envolvendo o governo do presidente **Richard Nixon**, que começou em 1972 e finalmente levou à renúncia de **Nixon** em 1974. Girou em torno de membros de um grupo associado à campanha de reeleição de **Nixon**, em 1972, invadirem a sede do **Comitê Nacional Democrata** e instalarem dispositivos de escuta, no **Complexo Watergate**, **Washington**, **DC**, em 17 de junho de 1972, e as tentativas posteriores de **Nixon** de esconder seu

envolvimento no escândalo. O caso foi retratado no cinema no filme **Todos os Homens do Presidente**.

Via Instituto Humanitas Unisinos